

Avaliação da experiência capixaba de financiamento da ciência, tecnologia e inovação (CT&I)*

Fernando César de Macedo

1. INTRODUÇÃO¹

Como já apontamos em diversas oportunidades, o Estado do Espírito Santo é um caso interessante no desenvolvimento regional brasileiro dado a forma como aproveitou as oportunidades criadas pela industrialização no país, quando esta promoveu a integração do mercado nacional (1930-1980), ainda nos marcos do paradigma tecnológico da segunda revolução industrial. Contando com instrumentos específicos de fomento regional², foi possível conciliar, até meados dos anos 1980, uma política industrial relativamente eficiente, embora limitada e concentrada espacialmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com os grandes investimentos que se realizavam na economia brasileira, sobretudo nos estados menos desenvolvidos, a partir da segunda metade dos anos 1970, o que lhe permitiu tanto aumentar sua participação no PIB brasileiro, quanto melhorar seus indicadores econômicos³. As

* O autor agradece a leitura preliminar do texto e os comentários feitos pelo professor Guilherme Henrique Pereira, ex-Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Da mesma forma, agradece ao economista Teófilo Henrique Pereira por permitir a utilização de parte de um texto produzido em co-autoria. Como de praxe, erros e omissões são de exclusiva responsabilidade do autor.

¹ A introdução e parte da seção 2 estão baseadas em Macedo (1997, 2000 e 2001) e Macedo e Pereira (2004).

² Sobre os instrumentos de política de desenvolvimento regional no Espírito Santo ver Pereira (1998), Gomes (1998) e Macedo (2002).

³ A economia capixaba aumentou sua participação no PIB brasileiro crescendo de 1,2%, em 1970, para 2,0%, em 2000, a mesma participação em 2004. Sua renda per capita passou de 32% abaixo da média nacional em 1970 para 7,0% acima em 2000, caindo para 5,8% acima em 2004 em decorrência de o estado se tornar novamente receptor de fluxos migratórios. Sua indústria de transformação passa de 0,4% em 1970 para 1,6% da transformação brasileira em 2004; a indústria extrativa passa de 8,1% da extrativa brasileira em 1980 para 9,8% em 2004. Sobre a dinâmica recente da economia capixaba, ver Macedo (2006^a e 2006b).

condições favoráveis ao crescimento capixaba possibilitaram ao seu parque de pequenas e médias empresas alcançarem mercados extra-regionais, com níveis de competitividade, em muitos segmentos, compatíveis com o nacional; por outro lado, as grandes empresas que se instalaram no estado voltaram-se para o mercado externo, conformando uma estrutura produtiva marcadamente heterogênea, mas com dinamismo superior a média nacional.

Quando o padrão de desenvolvimento prevalecente no país entre 1930-1980 se esgota e os antigos instrumentos de política industrial subnacionais, como o Funres⁴ e o Finor⁵, cumpriam cada vez menos o papel que lhes cabiam na política regional brasileira, o Espírito Santo assiste, ao final da década de 1980 e início da seguinte, a constituição de um conjunto de instituições e instrumentos de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico que poderiam redefinir as condições para a formulação de uma política de desenvolvimento estadual em bases sistêmicas. Este movimento abria a perspectiva à incorporação da economia capixaba aos padrões de competitividades exigidos pelo advento da terceira revolução industrial e tecnológica baseada na microeletrônica, nas telecomunicações, na informática, na biotecnologia e nos novos materiais que passaram a exigir das empresas e regiões o domínio/incorporação, como usuário e/ou produtores, dessas novas tecnologias como estratégia de sobrevivência, acumulação e crescimento no mercado. Parecia oferecer, principalmente, as condições para práticas cooperativas, inovativas e articuladas entre os diversos atores – tradicionalmente dispersos – na construção de uma ambiência sistêmica indispensável neste estágio de acirrada concorrência intercapitalista decorrente da nova base de acumulação e de realocização geográfica da produção.

Entre as novidades constituídas, destacavam-se as criações dos Centros Tecnológicos Setoriais⁶ (mármore e granito, confecções e metal-

⁴ Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, criado em 1969, com o objetivo de estimular a indústria, compensando os efeitos negativos da crise na economia cafeeira nos anos sessenta. O ES foi o único estado brasileiro a receber um instrumento específico de incentivo ao desenvolvimento regional com recursos do governo federal. Os demais instrumentos similares (FINOR, FINAM, etc.) eram direcionados para macro-regiões.

⁵ Fundo de Investimento do Nordeste.

⁶ Esses centros foram criados para atuarem como entidades que detectam e organizam carências e demandas técnicas e gerenciais das empresas ligadas aos respectivos setores. Ao identificá-las, podem realizar convênios de cooperação técnica com instituições de pesquisa a fim de solucionarem os problemas. Busca-se, com isso, elevar a qualidade e a produtividade dos bens e serviços oferecidos, assim como atualizar processos, aumentando a competitividade setorial.

mecânico, além do Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café), do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec), do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia, em Vitória (Facitec), da incubadora de base tecnológica (Tecvitoria), além de programas específicos executados pelo Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) e pelo Sebrae/ES, muitos deles extintos. Ao mesmo tempo, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), principal instituição de ensino e pesquisa do estado, iniciava um salto de qualidade, fomentando diversas pós-graduações (especializações, mestrados e doutorados), com particular destaque para as áreas de Engenharia, além de um crescimento significativo na qualificação de seus docentes. Esse avanço na pós-graduação pública gerou *spillovers* na formação da mão-de-obra que qualificaria as faculdades particulares, em franca expansão no estado desde a segunda metade dos noventa, embora seja notório o baixo investimento delas em pesquisa e laboratórios, dado sua forte concentração em cursos de baixo custo, os chamados “cuspe-giz”.

Formava-se um ambiente embrionário favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico interativo, mas que na prática pouco funcionou, pelo menos até 2005. Em parte porque a questão tecnológica não chegou a ser adequadamente compreendida nem mesmo entrou nas agendas do governo estadual e dos pequenos e médios empresários capixabas, como exige o atual estágio da concorrência, especialmente quando a abertura de mercado interno impõe práticas empresariais diferenciadas das verificadas historicamente. Por um lado, para a maioria desse conjunto de pequenas e médias empresas, a tecnologia sempre foi uma “variável exógena”, associada na maior parte das vezes com “comprar o melhor equipamento”⁷, portanto não caberia dispender recursos para desenvolvimento de soluções desse tipo. Ademais, importantes segmentos da economia capixaba (café, mármore e granito, produtos alimentares, confecções e mobiliário) são constituídos majoritariamente por empresas de pequeno porte, pouco capitalizadas e incapazes de, isoladamente, investirem em pesquisa e desenvolvimento

⁷ Em entrevista concedida ao autor, José Carvalho de Azevedo, técnico do Bandes e então coordenador do Núcleo de Tecnologia dessa instituição, afirmava: “a maior parte vê mais a tecnologia como a opção da máquina. Quer dizer, a tecnologia vem incorporada na máquina. Paga-se uma assistência técnica para depois aprender a lidar com a máquina. A preocupação efetiva de um processo planejado de desenvolvimento tecnológico eu não vejo. Pelo menos a experiência aqui do banco não é boa”.

(P&D) e CT&I, o que reforça a necessidade de articulações inter e intra-setoriais profundas para superação desse limite.

De outro, o direcionamento de pesquisas da universidade⁸, por razões que não cabe aqui discutir, somente no início do século 21 vem mais sistematicamente se aproximando das demandas do setor produtivo, ainda que muito incipientemente. Por fim, os fundos públicos estaduais, em razão da crise fiscal e da ausência de políticas governamentais de desenvolvimento, não financiaram projetos de pesquisa na proporção que se imaginavam inicialmente, tampouco houve a necessária adequação dos incentivos fiscais do estado às exigências do novo paradigma técnico-produtivo. Em resumo, ainda que o Espírito Santo continuasse a crescer acima da média nacional na década de noventa e início do século 21⁹, esse crescimento pouco teve a ver com a estrutura montada para o apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo.

O objetivo deste artigo é analisar a experiência do governo estadual capixaba no financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico, identificando tanto os resultados alcançados, quanto os limites de sua atuação. A metodologia adotada foi basicamente o levantamento dos dados apresentados nos relatórios dos Funcitec e os documentos dos 1º e 2º Encontro Estadual de Tecnologia para Desenvolvimento Local. Entrevistas realizadas pelo autor em outro trabalho na segunda metade dos anos 1990 foram resgatadas com objetivo de reconstituir historicamente o processo de formação do sistema estadual de CT&I.

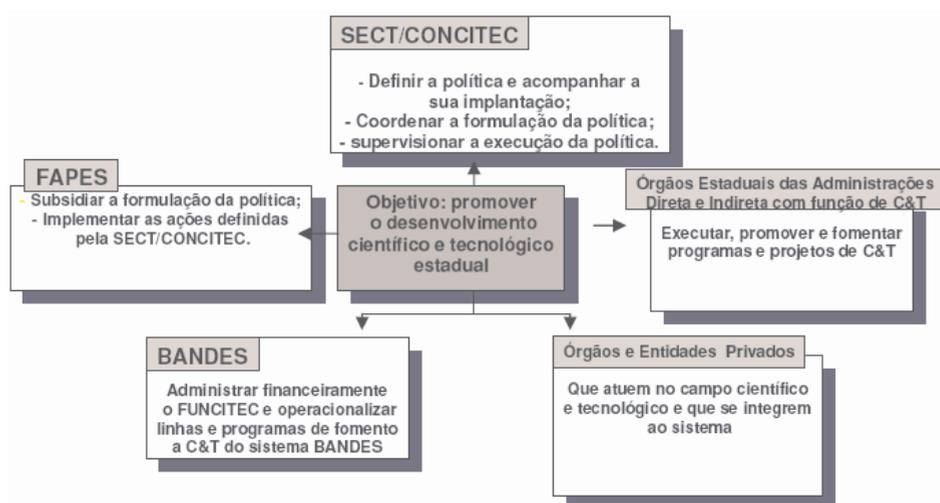
Além desta introdução, outras três partes compõem o texto. Na seguinte, é apresentado o histórico da constituição do sistema estadual de CT&I. Em seguida, destaca-se a atuação do governo estadual por meio do Funcitec e os resultados alcançados até 2004. Posteriormente, analisa-se o período 2005-2006, quando, pela primeira vez, o sistema funcionou com regularidade e com diretrizes relativamente bem definidas.

⁸ Sobre a infra-estrutura de pesquisa no Espírito Santo, na década de noventa, ver Pereira e Morandi (1997).

⁹ Macedo (2006) qualifica o sentido desse crescimento econômico capixaba acima da média.

2. HISTÓRICO DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A figura 1 apresenta o sistema estadual de ciência e tecnologia que se consolidou com as leis 289/2004 e 290/2004. A primeira instituiu a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sect) e a segunda a Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia (Fapes). Embora essa legislação seja fundamental para a estruturação do sistema, para a elaboração de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico consubstanciada em um conjunto de diretrizes que pela primeira vez organizaram sistematicamente as ações na área, a origem do sistema é anterior, merecendo destaque a Lei nº 4.778, de 09 de julho de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 3.667-N, de 17 de março de 1994, que constitui originalmente o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia (Sisect), com a seguinte composição: Secretaria de Planejamento de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento (antiga Seplae); Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concitech); Bandes; órgãos e entidades da administração direta e indireta, com atribuições de executar, promover e fomentar programas e projetos de Ciência e Tecnologia; órgãos e entidades da iniciativa privada que desenvolvam atividades no campo científico e tecnológico e que venham a se integrar ao sistema, segundo o art. 4º da referida lei. Esse mesmo artigo, em seu parágrafo único, afirma que a integração ao Sisect é livre e poderá ser solicitada por qualquer entidade



Fonte: Sect (2006).

Figura 1. ES: Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia

que atenda às normas de ingresso traçadas pelo Concitec. Em 2003, com a extinção da Seplae, as atribuições de coordenação do Sisect passaram, conforme Decreto 1.1129-R, de 04 de fevereiro, para a Coordenação Estadual de Ciência e Tecnologia (Coect) e, em 2004, para a Sect.

A Lei 4.778/93 estabeleceu, também, em seu artigo 1º, os princípios e mecanismos da formulação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com determinação de se aprovar a cada dois anos o Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que na prática nunca se efetivou. Pela legislação, caberia ao Concitec propor as diretrizes e os objetivos da política estadual e aprovar o Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de apreciar o orçamento anual do Funcitec e acompanhar sua execução. Órgão colegiado, o Concitec foi originalmente constituído pelos seguintes membros permanentes: o titular da Seplae (hoje, da Sect), a quem cabe a presidência; o titular da Secretaria de Estado da Agricultura; o Reitor da Ufes; 01 membro indicado pelo MCT; 01 membro indicado pelo SBPC; 01 membro indicado pela Anpei; 01 membro indicado pela Assembléia Legislativa. Os membros permanentes indicam ao governador do Estado quatro membros mandatários, com direito a votos, e mandatos renováveis por apenas uma vez, assim distribuídos: 02 representantes do setor produtivo empresarial e 02 representantes da comunidade técnico-científica. Com previsão de reuniões ordinárias nos meses de março, julho e novembro, e extraordinárias sempre que convo-cadas pelo presidente, o Conselho pouco se reuniu no período anterior a 2004, reforçando as dificuldades em cumprir com suas atribuições de propor ao governo do estado as diretrizes para uma política de CT&I.

O Funcitec, conforme legislação, é financiado basicamente com recursos do tesouro estadual, através da vinculação de 0,5% do total de ICMS disponível a cada mês – total de ICMS arrecadado menos as transferências regulamentares destinadas aos municípios e demais fundos fiscais existentes no Estado –, com repasses até o décimo-quinto dia útil do mês posterior ao seu recolhimento.

À época da Constituinte Estadual, a articulação inicial do grupo envolvido com a área era no sentido de vincular 2,5% do ICMS ao Fundo. Esse percentual era um número arbitrário que durante as negociações poderia chegar a 1,0%, considerado por aquele grupo um valor razoável. Ocorre que o percentual que ficou foi o de 2,5% da receita orçamentária

para o financiamento a projetos científicos e tecnológicos, não havendo resistências dos parlamentares capixabas quanto à vinculação de uma quantia nesse montante para gastos específicos em C&T, o que demonstra, pela falta de contraproposta, a pouca atenção na Assembléia Estadual Constituinte dado ao tema, mesmo representando uma vinculação de receita, assunto sempre polêmico¹⁰. A impressão que ficou foi a de que independente do montante legalmente determinado para o repasse, este não ocorreria, conforme ficou posteriormente confirmado.

Por pressões do governador Max Mauro (1987-1991), que ingressou com uma ação de inconstitucionalidade Adin nº 422-1 no STF¹¹ contra o parágrafo 2º do artigo 197 da Carta Estadual¹² por discordar da obrigatoriedade de vinculação orçamentária a gastos de C&T, foi intermediado um acordo que definia o percentual de repasse do Funcitec em 0,5%, sob o compromisso de vê-lo aumentado progressivamente a cada ano – se houvesse demanda – até atingir os 2,5%. Como as negociações em torno desse acordo se arrastaram de forma inconclusiva, quando o Funcitec é regulamentado em 1994, o percentual que se estabelece legalmente é o de 0,5% sem, contudo, haver a vinculação de aumento progressivo. No entanto, o governo do estado se comprometeria em aplicar 2,0% de suas receitas em atividades científicas e tecnológicas dentro de suas diversas rubricas orçamentárias o que garantiria o cumprimento do dispositivo constitucional. Conforme se observa pela tabela 1, os dispêndios do governo estadual ficaram bem abaixo da previsão de 2,0%, embora tenha crescido relativamente desde

Tabela 1. ES: Participação Percentual dos Recursos Aplicados em Ciência e Tecnologia (C&T) em Relação à Receita Total dos Estados, 1994-2003

Unidade da Federação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Espírito Santo	0,03	0,08	1,3	1,35	0,99	1,05	0,5	0,24	0,2	0,14

Fonte: MCT.

¹⁰ Conforme informações fornecidas por Marco Junio de Faria Godinho, assessor da Assembléia à época da Constituinte Estadual, a Macedo (1997).

¹¹ Essa Adin foi julgada, por unanimidade, improcedente pelo plenário do STF, em 22/03/1991, segundo Lopes (2000).

¹² Art. 197, § 2º: O Estado destinará anualmente não menos de dois e meio por cento de sua receita orçamentária ao fomento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico. Cf. Constituição do Estado do Espírito Santo – 1989.

a regulamentação da Lei. Da mesma forma, em nenhum momento o Funcitec foi capitalizado com o montante de recursos previstos.

3. O DESEMPENHO OPERACIONAL DO FUNCITEC: 1994-2004

O período em questão foi marcado pela ausência de uma política de CT&I, apesar da constituição dos instrumentos para tanto. Do ponto de vista financeiro, a mobilização de recursos do tesouro esteve muito abaixo do constitucionalmente previsto, atingindo aproximadamente R\$ 1,3 milhão. Desse total, incluem-se doações do setor empresarial ao Funcitec (cerca de R\$ 150 mil), entre 2001 e 2002, resultado de ação conjunta entre o governo do estado e sindicato patronal do setor moveleiro de Linhares para estruturação do programa Trainee, executado pelo IEL/Ideeis, com objetivo de formar engenheiros especializados para atuarem no segmento moveleiro daquele município¹³. Essa ação foi definida como prioritária no I Encontro Estadual de Tecnologia para Desenvolvimento Local. Do governo federal, o Funcitec captou, no período em questão, cerca de R\$ 2,4 milhões, aproximadamente 2/3 de todo o recurso mobilizado nesses onze anos.

Exceto os dois programas executados com recursos federais – Prociências¹⁴ e o Pronordeste¹⁵ –, as poucas ações foram descontínuas, descoladas de uma política estadual para a área e atenderam principalmente demandas isoladas, desvinculadas de qualquer propósito sistêmico, refletindo a pouca operacionalidade do sistema e a desarticulação dos atores locais que não conseguiram, por meio do Concitec, fazer valer a legislação pertinente, tampouco internalizar a temática na agenda do executivo estadual.

Infelizmente, a ausência de informações sistematizadas não permite discriminar com confiabilidade o destino das aplicações individuais destes recursos. Acredita-se, no entanto, que mais de 70% deles destinaram-se a projetos de pesquisa e montagem de infra-estrutura em laboratórios. O ano de 2001 é paradigmático porque representou o de maior

¹³ Encontra-se no município de Linhares o principal APL de móveis do estado.

¹⁴ Voltado para a capacitação de professores de ciências (matemática, química, física e biologia) da rede estadual.

¹⁵ Voltado para o apoio à pós-graduação.

capitalização do Fundo e o último para qual houve repasse, no período que estamos tratando. As transferências para o Funcitec em 2001 representaram cerca de 35% do montante total que ingressou entre 1994 e 2004, sendo resultado direto da política articulada pela extinta Seplae, a partir da realização do referido I Encontro Estadual de Tecnologia para Desenvolvimento Local, em abril de 2000, que merecerá alguns comentários ao final da seção, dada sua importância para o avanço que área vem observando atualmente.

A principal razão para o não repasse dos recursos do Funcitec, e sua grande dependência de ingressos federais e de outras fontes, ao longo dos seus onze anos iniciais de operacionalização, foi a necessidade de implementação de uma política fiscal restritiva que promovesse um ajuste austero das contas públicas estaduais. Esta foi, pelo menos, a argumentação corrente da Secretária de Estado da Fazenda (Sefaz-ES), responsável pelo repasse dos recursos ao Fundo. Embora não se possa esconder as proporções com que a crise atingiu as contas públicas no estado, com a folha de pagamento dos servidores públicos em alguns períodos ficando até cinco meses em atraso, é possível deduzir que uma importante razão para a não atuação nesta área decorreu, principalmente, de uma opção política que não contemplou formas sistêmicas de promoção do desenvolvimento, tampouco houve, por parte da burocracia estadual, o entendimento do real significado de uma política de CT&I, especialmente para o conjunto de pequenas e médias empresas que compõem importantes segmentos da economia capixaba.

A dificuldade para a formulação de uma política científica e tecnológica coordenada pelo setor público capixaba não foi apenas de natureza fiscal, visto que a grave crise em que se encontrava a administração pública estadual nunca foi impeditiva para repasses ao Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap¹⁶). Decorreu, em boa medida, da falta de critérios para se determinar prioridades de atuação do executivo no que se refere à formulação de políticas de desenvolvimento e à falta de seletividade das áreas e segmentos

¹⁶ Trata-se do principal instrumento capixaba de atração de investimentos com base em renúncia de ICMS. Criado em 1970 para promover a expansão das atividades de comércio exterior e garantir, para suas empresas, apoio financeiro caso elas decidam apoiar projetos produtivos dentro do estado. Sobre o Fundap, ver Pereira (1998), Gomes (1998) e Macedo (2002).

onde deveriam se concentrar os maiores esforços para a formulação e execução das políticas públicas locais. Ademais, a regulamentação do Funcitec coincidiu com o período em que o ideário neoliberal se tornou mais forte no Estado. Nesse sentido, o discurso do Estado mínimo, aliado à crise fiscal, serviu para justificar a ausência de coordenação pública nesta área.

O Funcitec, na condição de principal instrumento estadual de financiamento da CT&I, ao longo de seus anos iniciais de existência, esteve longe de ver cumprido o dispositivo constitucional de repasse. É bem verdade que neste período não se verificou uma pressão dos potenciais demandantes desses recursos, tanto por parte dos pesquisadores quanto do setor produtivo e de outros segmentos sociais, o que leva a crer que a desarticulação dos atores que deveriam estar envolvidos com o desenvolvimento científico e tecnológico no estado foi um fator importante, embora não o único, de criação entraves para se fomentar uma política dessa natureza no Espírito Santo. Ademais, a ausência de demanda qualificada por esses recursos, interpretada a partir da falta de pressão dos atores envolvidos, demonstra que a constituição de uma ambiência sistêmica para a inovação estava bastante embrionária no Estado, não obstante a montagem da estrutura organizacional necessária para consolidar as políticas nesse sentido.

Nesse íterim, a concepção neoliberal na condução das políticas públicas reforçou o fraco desempenho do executivo estadual na articulação da estrutura montada desde o final dos anos 1980, perdendo a oportunidade de promover uma política sistêmica compatível com o atual estágio tecnológico e de competitividade. Embora a ação estatal não seja suficiente para tanto, dada a necessária participação de outros atores neste processo, não se pode negar que ela é indispensável para garantir uma política de CT&I eficaz e articulada em suas diversas partes. No entanto, é flagrante o distanciamento entre o ideal e a realidade observada no Estado. O argumento da crise fiscal e da falta de recursos parece servir para escamotear o que há de mais importante na discussão do tema no Espírito Santo: a ausência de uma política de desenvolvimento coerente com as características da economia local e capaz de internalizar os novos requisitos da competitividade. Ainda hoje, a opção preponderante tem sido pelos velhos instrumentos de renúncia fiscal,

recrudescidos pelo acirramento da guerra fiscal entre as unidades federativas em busca da atração de novos investimentos. Basta lembrar que Funres e Fundap, os dois principais instrumentos fiscais e financeiros para a política de desenvolvimento do estado, nunca foram adequados para atender os requisitos de competitividade sistêmica.

Nas palavras de um ex-técnico da extinta Coplag, ex-Secretário-Executivo do Concitec e ex-membro do CMCT¹⁷ tem-se a exata dimensão do sentido e do espaço reservados à ciência e tecnologia no governo estadual capixaba no período aqui abordado:

Você não pode exigir do governo do Estado que ele transfira recursos para ciência e tecnologia quando ele não consegue pagar o funcionalismo público (...) Enquanto o Estado não sair dessa crise, isso passa a não ser prioridade. E eu concordo que não seja mesmo. Quando não se atende à saúde pública, à segurança pública e à educação básica, pensar em desenvolver a ciência e tecnologia é bem grave. Você não tem como justificar isso nem para a população, nem para a comunidade científica, nem para ninguém. O papel do Estado nesse campo social é prioritário mesmo (Paulo Fraga, em entrevista concedida em setembro de 1997. Apud: Macedo, 1997:140).

No executivo estadual, pouco mudou em relação à formatação de uma política de CT&I nos anos seguintes, muito embora no ano de 2003, o novo governo tenha instituído pioneiramente uma Coordenação Estadual de Ciência e Tecnologia (Coect), com status de secretaria de Estado. Esta, no entanto, em seus dois primeiros anos não realizou nenhuma ação efetiva, exceto a promoção do II Encontro Estadual de Tecnologia para o Desenvolvimento Local, no mês de dezembro, cuja participação dos atores envolvidos (governos – estadual e federal –, setores produtivos, instituições de pesquisa e agências de financiamento) foi muito menor do que o verificado em abril de 2000 quando se deu a primeira edição do Encontro.

¹⁷ Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, da Prefeitura Municipal de Vitória, ligado ao Facitec.

Sobre esse primeiro Encontro são necessárias algumas notas, pois dele resultou a única ação prática e coordenada de financiamento do Funcitec em bases planejadas e com objetivos claros e pré-determinados¹⁸ e que exerceria importante efeito-demonstração quando a Coect se tornou Secretaria em 2004, iniciando uma nova fase na política estadual de CT&I.

Naquele encontro, sob coordenação da extinta Seplae, reuniram-se representantes do MCT, pesquisadores capixabas e representantes do setor produtivo estadual. Foi o início de uma articulação que, ao final do encontro, resultou no levantamento dos principais “gargalos” tecnológicos dos segmentos de pequenas e médias empresas capixabas mais significativos para a economia estadual. Feito este levantamento inicial, o movimento seguinte foi a realização de pesquisas que buscassem soluções para os problemas apontados. Disso resultou do Funcitec o apoio, em fevereiro de 2001, a nove projetos de pesquisa diretamente relacionados a demandas empresariais, além do apoio institucional do Fundo ao já citado programa de qualificação de mão-de-obra implementado pelo Sindicato da Indústria da Madeira e do Mobiliário de Linhares (Sindimol), para a formação de trainees. Além deste segmento, os financiamentos direcionaram-se para setores considerados naquele momento estratégicos para a economia capixaba. Todos eles são formados por pequenas e médias empresas: tecnologia da informação, confecções e agricultura (pesca e fruticultura).

Se o montante disponibilizado – cerca de R\$ 360 mil – poderia ser considerado pouco, frente aos esforços empreendidos em outros estados, três pontos chamaram atenção pelo ineditismo no Espírito Santo. O primeiro foi a capacidade da extinta Seplae, por intermédio de sua autarquia, o Ipes¹⁹, então gestora do Funcitec, articular grupos de pesquisadores e lideranças empresariais em busca de soluções tecnológicas conjuntas. Segundo, porque ao financiar pela primeira vez projetos dessa natureza, o Funcitec começava a cumprir efetivamente o papel que lhe é reservado desde sua criação pela Lei 4.778/93. Mais importante era a percepção de que a ciência, a tecnologia e a inovação poderiam entrar de vez na agenda do executivo estadual. Por fim, a iniciativa resgatava o

¹⁸ Os parágrafos seguintes estão baseados em Macedo (2001).

¹⁹ Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, atualmente Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

verdadeiro sentido da dimensão local no tratamento da CT&I. Sem perder de vista o movimento geral da economia, cada vez mais acelerado e mutante em decorrência dos avanços tecnológicos contínuos, a extinta Seplae, por meio do Ipes, dava mostras de que não era preciso buscar modelos prontos e acabados, mas sim formular, dentro das condições específicas da economia capixaba, soluções que levassem em conta a heterogeneidade estrutural de seu setor produtivo.

Nesse sentido, como esboço de política de desenvolvimento se diferenciava das concepções prevalecentes entre os “especialistas capixabas em políticas públicas” que há mais de duas décadas defendem – num esforço muito mais ideológico que intelectual – que a dinâmica da sociedade local encontra-se preponderantemente articulada às grandes empresas industriais exportadoras e/ou as atividades ligadas ao comércio externo, desconsiderando o conjunto de pequenas e médias empresas que, pelo porte, deveriam ser alvos prioritários da ação pública, pois sobre elas os instrumentos de política local poderiam exercer efeitos pró-ativos. Essa possibilidade não passa de retórica quando se refere ao grande capital que apesar de localizar-se no Espírito Santo tem uma lógica global de atuação sob a qual o governo estadual tem pouco (ou mesmo nenhum) espaço para influenciar, embora devesse exercer sobre ele formas de regulação que, diga-se de passagem, inexistem.

Como desdobramento daquele movimento e com o aprofundamento das articulações dentro do arranjo produtivo do mamão, foi possível, ao final de 2001, aprovar no Fundo Verde-Amarelo quatro projetos de pesquisa que totalizavam R\$ 3,0 milhões, distribuídos entre recursos da Finep, CNPq e de contrapartida do setor produtivo. Apesar de o Funcitec ter desembolsado apenas R\$ 40 mil, foi o governo do estado, por meio da Seplae/Ipes, o principal articulador dos diversos agentes desse arranjo produtivo que resultaria na mais exitosa ação de política local de desenvolvimento desde sua criação.

Infelizmente, a crise política que se propagou no estado no ano de 2001, e que ganhou proporções nacionais, dificultou a continuidade dos trabalhos iniciados naquele I Encontro. Ao final do governo José Ignácio (1999-2002), a área de ciência e tecnologia ficou bastante esvaziada, sobretudo pela dificuldade para articular os diversos atores em um

contexto de total descrédito do executivo estadual. O reflexo sobre o Funcitec foi a ausência de repasse nos exercícios de 2002, 2003 e 2004.

Como legado, ficou a experiência de que, mesmo com pouco recurso, seria possível direcionar esforços na articulação dos diversos agentes em busca de soluções tecnológicas no atendimento às demandas do setor produtivo e da sociedade, com aproveitamento da estrutura estadual das instituições de pesquisa e de seu quadro de pesquisadores. Mais do que recursos, caberia ao setor público articular esse mosaico disperso que compõem os atores de CT&I locais, o que seria possível a partir da criação da Sect.

4. A EMERGÊNCIA DO NOVO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: 2005-2006

Apesar de o ano de 2004 ser o terceiro seguido sem repasse ao Funcitec, foram criadas, como já destacamos, a Sect e a Fapes. Com isso, a temática começa a ganhar uma institucionalidade mais sólida e maior projeção no governo do estado, e na própria sociedade²⁰, condição fundamental para os resultados alcançados nos dois exercícios seguintes quando os repasses do tesouro estadual para o Fundo alcançaram R\$ 10,7 milhões, sendo 26,4% (ou R\$ 2,8 milhões) em 2005 e 73,6% (ou R\$ 7,9 milhões) em 2006. Esse montante é praticamente o triplo do total do período anterior, embora seja menos da metade do que lhe deveria ser constitucionalmente transferido pela Sefaz-ES, nesse biênio.

Embora o aumento dos repasses seja indicativo da internalização do tema no executivo estadual, o mais importante parece ser a consolidação do sistema estadual de CT&I como formulador e executor de uma política científica e tecnológica para o estado, ainda que incipiente, sobretudo pela forma como as ações estaduais têm se articulado às federais, por um lado, e, por outro, pela capacidade de aglutinação de

²⁰ Os I e II Encontro Estadual de Tecnologia para o Desenvolvimento Local já indicavam o maior interesse em torno do tema. Destaque importante, também, merece o documento do Crea entregue aos candidatos ao governo do estado nas eleições de 2002 que defendia a política científica e tecnológica como estratégica para o futuro governo. A participação crescente de municípios e instituições nas semanas estaduais de ciência e tecnologia confirma o maior interesse para o tema no Espírito Santo.

atores tradicionalmente dispersos que parecem se voltar agora, com mais velocidade e interesse, para o tema.

Nos dois anos aqui tratados, diferente do período anterior – quando os reduzidos financiamentos se direcionaram majoritariamente para realização de eventos ou projetos isolados com poucos rebatimentos sobre a sociedade estadual²¹, atendendo demandas dispersas, sem critérios de seletividade –, o Sisect, com recursos do tesouro estadual e/ou federal (MCT, Finep, CNPq, Capes e Ministério da Saúde), estruturou um conjunto de projetos e programas que atendem demandas não apenas empresarias, mas também acadêmicas, embora com ressalvas que tecemos nas conclusões.

O quadro 1 apresenta um conjunto articulado de ações que atestam o salto organizacional do Sisect e sua maior abrangência, com um número razoavelmente diversificado de ações, programas e projetos, distribuídos em suas 5 grandes linhas operacionais (Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Difusão de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento da Infra-Estrutura Científica e Tecnológica e Inovação para a Competividade).

Quadro 1. Sisect: ações realizadas e previstas – 2005-2009

Linha Operacional	Programa, Ações, Projetos	Instituições Parceiras	Nº de projetos/Bolsistas/público-alvo	Recursos Previstos e/ou realizados (em R\$)
	1) Programa de Pesquisa em Saúde: visa ao financiamento de pesquisa para solução de problemas de saúde pública	Ministério da Saúde e CNPQ	38	979,0
	2) Programa de Pesquisa sobre Violência Social e Segurança Pública: com recursos do tesouro estadual incentiva a pesquisa em violência social, um dos grandes problemas na sociedade capixaba		20	591,5
	3) Pesquisa sobre Água e Desenvolvimento Regional: estimular a pesquisa na temática da "Água e Desenvolvimento"		18	465,4
	4) Pesquisa Café Arábica no Caparaó: objetiva estabelecer normas do Sistema Integrado de Diagnóstico e recomendação - DRIS e diagnosticar o nível populacional de nematóides			
	5) Pesquisa Pecuária Leiteira no Caparaó: visa a geração e transmissão de tecnologia nas áreas de produção e sanidade bovina		2	102,8

²¹ Exceto os recursos direcionados para pesquisas do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Agropecuária (Incaper) e os que se sucederam ao I Encontro Estadual de Tecnologia para o Desenvolvimento Local.

Quadro 1. (continuação)

Linha Operacional	Programa, Ações, Projetos	Instituições Parceiras	Nº de projetos/Bolsistas/público-alvo	Recursos Previstos e/ou realizados (em R\$)
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	6) Telecárdio: apoiar a organização de um núcleo de pesquisas e desenvolvimento de aplicações de "tecnologias de informação e comunicação" em soluções de procedimentos no campo da medicina		1	130
	7) Programa Primeiros Projetos – PPP: financiar projetos de jovens pesquisadores vinculados às instituições públicas de ensino e pesquisa, que tenham título de doutor obtido há menos de 10 anos.	MCT e CNPQ		450
	8) Programa de Desenvolvimento Científico Regional – DCR: atrair para o interior do Espírito Santo doutores que estejam radicados em outros estados	CNPQ	Fluxo contínuo	Bolsas entre R\$ 2,8 a R\$ 5,2
	9) Programa de Apoio a Grupos de Excelência em Pesquisa – PRONEX: apoio a grupos de pesquisas mediante o apoio financeiro à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação no Espírito Santo.	CNPQ	2	1,1 mil
	10) Diversidade Florística em Florestas Montanas e Submontanas: levantar a diversidade florística das florestas montanas e submontanas, em cinco municípios do Estado.	Museu de Biologia melo Leitão	1	74,8
Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos	1) Nossa Bolsa: bolsa para alunos de faculdades particulares e filantrópicas	Governo do Estado e Sindicato dos estabelecimentos de ensino Superior - SINEPE	2.000	6,3 mil
	2) Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PBICJr/ES: incentivar jovens pesquisadores do ensino médio da rede pública a partir do apoio a iniciação científica	UFES, CEFETES e FAMES	200	Bolsas de R\$ 0,10
	3) Programa de Apoio à Pós-Graduação Strictu Sensu - PRO- PÓS: apoiar a pós-graduação concedendo bolsas a estudantes em área de interesse para o desenvolvimento capixaba	CAPES	37	551,8 (podendo chegar a R\$ 3.025,2)
	4) Capacitação dos monitores do MEPES: capacitação técnico-científica de professores da rede MEPES – Movimento de educação Promocional do ES	MEPES	80	
	5) Curso de Propriedade Intelectual: curso de propriedade intelectual para gestores de inovação tecnológica	INPE	25	
	6) Modernização em Tecnologia da Informação - TI na Grande Vitória: elevar o nível da gestão em Tecnologia de Informação - TI nas empresas	Instituto Evaldo Lodi		43,2
Difusão de Ciência e Tecnologia	Conjunto de ações para difusão da ciência e tecnologia como apoio a Semana Estadual de C&T, mostra capixaba de Ciência e Inovação, vídeos educativos, educação ambiental, programas de TV, seminários, eventos científicos, etc.	Diversas		312,3
	1) Estruturantes: estruturar a base de laboratório do estado	FINEP, UFES e INCAPER	2	3.000,0
	2) Unidades Regionais de Café Especiais – URCES: capacitar pequenos produtores de café Conilon introduzir melhorias na qualidade do produto, superando os métodos tradicionais	MCT	4	472,2

Quadro 1. (continuação)

Linha Operacional	Programa, Ações, Projetos	Instituições Parceiras	Nº de projetos/Bolsistas/público-alvo	Recursos Previstos e/ou realizados (em R\$)
Desenvolvimento da Infra-estrutura Científica e Tecnológica	3) Laboratório de Análise de Destilados Alcoólicos: ampliação do Laboratório de Análises de Bebidas de Origem Vegetal do Espírito Silva (LABEVES)	UFES	1	469,6
	4) Estudo sobre criação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica: implantar uma rede voltada para a formação de tecnólogos em áreas estratégicas para o Espírito Santo		Em fase de avaliação para inclusão no plano de trabalho	
	5) Gestão da Informação sobre Biodiversidade – Projeto BIOTA/FAPES: montagem de uma rede para compartilhamento de informações sobre a biodiversidade do Espírito Santo	MCT	1	1,3 mil
	6) METROVOIX: implantação de redes de fibra óticas de comunicação de alta velocidade	RNP, MCT, FINEP, UFES, INCAPER e PMV	Em fase final de implantação	
Inovação para a Competitividade	1) Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa – PAPPE:	FINEP	8	127,8
	2) Parceria Tecnológica: apoiar solução dos gargalos tecnológicos nos APL's capixabas		1	54,2
	3) Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – PROGEX: ampliar o número de empresas exportadoras do estado	CETEC-MG e BANDES		
	4) Núcleo de Design de Móveis em Linhares: atender as micro e pequenas empresas do APL de móveis de Linhares	IEL, SENAI e SINDIMOL	1	330
	5) Núcleo de Inovação Tecnológica do ES – NITES: formação de um núcleo de profissionais voltados para orientação ao pesquisador de formalização dos registros e patentes	UFES, INCAPER, FINEP e CEFETES	1	3339,3

Fonte: Sect (2007). Elaboração própria.

Enquanto no período anterior a mobilização de recursos foi pequena e era grande a dependência dos recursos federais que financiaram o Prociências e Pronordeste, a partir de convênios com a Capes, no biênio em questão o tesouro estadual mobilizou a maior parcela dos recursos, embora em termos absolutos também tenha sido proporcionalmente maior a alocação de recursos federais que foi anualmente em média 3,5 vezes superior no biênio 2005 e 2006, do que na média anual dos 11 anos anteriores²².

Do anterior, tiram-se algumas conclusões importantes. A primeira é uma desmistificação da idéia, muito presente entre os acadêmicos, de que os investimentos do governo federal em CT&I no Estado capixaba

²² Evidentemente reconhecemos os problemas de comparação de períodos tão distintos em quantidade de anos, com o primeiro afetado por inúmeras conjunturas macroeconômicas, com menor ritmo de crescimento da economia e finanças, especialmente a estadual, mais desorganizadas. No entanto, o corte que fazemos, que considera o ano de 2005 como o primeiro de efetivo funcionamento do Sisect após a criação da Sect em 2004, não nos permite outra solução analítica.

eram proporcionalmente menores do que o peso do Espírito Santo na economia brasileira, ou seja, se o estado é 2,0% do PIB brasileiro deveria receber recursos nessa área no mínimo na mesma proporção. A parte o fato de não haver automatismo algum nessa relação que valide tal raciocínio, o fato é que o mesmo poderia ser invertido: a baixa alocação de recursos do governo federal decorre do baixíssimo investimento do estado na área. Disso vem a segunda conclusão: o aumento dos gastos estaduais pode representar retornos marginais crescentes na alocação de recursos federais. Conforme se observa na tabela 2, em 2005, para cada R\$ 8,4 aplicado pelo tesouro estadual, foi captado R\$ 1,0 do governo federal proveniente do MCT, Finep, Capes e CNPQ; em 2006, essa relação cai para 3,5 indicando um aumento não apenas absoluto de recursos do governo federal, que passa de R\$ 300,0 mil para R\$ 1.754 mil, como também relativo. Evidentemente que os recursos federais poderiam ser contratados sem a intermediação da Sisect, como já acontecera no passado, o que nos remete a uma terceira conclusão: as vantagens da maior articulação dos atores locais que buscavam isoladamente recursos federais e que agora ganha, em tese, uma caixa de ressonância que pode levar a ganhos de escala pelo papel aglutinador que a Sect eventualmente venha a desempenhar na captação das demandas estaduais ligando-as às fontes externas de financiamento. Por fim, conforme destacaremos adiante, o aumento dos recursos federais conjugado à ampliação dos estaduais expande a diversificação dos programas e projetos, criando, ainda que potencialmente, a possibilidade do atendimento de um número maior de segmentos sociais, evitando que os recursos fiquem encastelados entre os interesses do setor privado e os da academia, quando sabemos que as demandas da sociedade são muito mais amplas.

Tabela 2. Sisect: Origem dos recursos contratados

				Em R\$ 1.000
Ano	Fonte dos recursos			A / B
	A - Tesouro Estadual	B - Governo Federal	Total	
2005	2.520,5	300,0	8.623,6	8,4
2006	6.103,1	1.754,0	10.677,6	3,5

Fonte: Sect (2007). Elaboração própria.

Resta saber se o fôlego dessa experiência recente é de longa duração e se a institucionalidade montada e que se encontra articulada num conjunto de projetos, programas e ações que dão coerência, abrangência e visibilidade inéditas a temática na sociedade capixaba se manterá, consolidando, definitivamente, a política de desenvolvimento científico e tecnológico como um dos vetores de crescimento do estado no futuro.

5. A GUIA DE CONCLUSÕES E DE PROVOCAÇÕES

Neste artigo, procuramos apresentar de forma sintética a experiência capixaba de financiamento à CT&I, avaliando a atuação do Sisect. Observamos que este, até 2004, praticamente não funcionou. A partir do ano seguinte, um novo arcabouço institucional possibilitou o desencadeamento de ações que retiram o estado capixaba da inércia em que se encontrava sua inexpressiva política científica e tecnológica que certamente se caracterizava como uma das mais atrasadas do país.

Evidentemente que os resultados alcançados a partir de 2005 são meritórios mas, não podemos esquecer, partem de uma base de comparação muito precária, o que torna qualquer ação passível de impactos aparentemente superdimensionados. O conjunto de ações executadas no último biênio (quadro 1) indica, no entanto, um nível de organização e articulação da área nunca antes observado, o que coloca boas perspectivas de médio e longo prazos para o aprofundamento e avanço das políticas. É necessário, contudo, criar simultaneamente sistemas de monitoramento e avaliação das ações, programas e projetos, o que tem sido, de forma geral, uma dificuldade na hora de medir os resultados de políticas dessa natureza. Não há indicativos de mecanismos dessa ordem, talvez pelo pouco tempo das ações e porque os financiamentos ainda não redundaram em resultados concretos.

No entanto, é preciso criar, desde logo, um eficiente sistema de avaliação de resultados, especialmente das ações que objetivam aumento de competitividade do parque produtivo, pois é necessário, também, que o recurso público aplicado tenha contrapartida social por parte da iniciativa privada. Esse é o caso – mas não é o único – do programa Nossa Bolsa que financia dois mil bolsistas de faculdades particulares que tradicionalmente não apresentam contrapartida em termos de serviços sociais e pesquisa acadêmica. Ao contrário, *vis-à-vis* as instituições públicas, apresentam precários indicadores de produtividade científica e

baixíssimo investimento na formação de seus professores. O programa ainda que seja politicamente justificado como instrumento para aumentar a baixa sensibilidade capixaba à temática da ciência, tecnologia e inovação não pode ser, por outro lado, uma mera alternativa para o notório problema de financiamento das instituições privadas, reproduzindo localmente um mecanismo similar ao Prouni, que foi, em parte, uma resposta do governo federal às pressões das instituições privadas com problemas financeiros.

Da mesma forma é preciso atrelar as demandas por financiamento dos pesquisadores locais às demandas sociais, o que de certa forma já vem ocorrendo desde o I Encontro de Tecnologia para o Desenvolvimento Local. É, preciso, no entanto, não restringir a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico ao binômio universidade x empresa, com o setor público intermediando essa relação. A temática diz respeito a interesses muito mais amplos que perpassam por toda sociedade, o que torna imperativo a participação de amplos segmentos sociais que não se restringem ao binômio indicado. A composição do Concitec, infelizmente, não leva em conta a diversidade capixaba e seus múltiplos grupos sociais. Diferente, por exemplo, do Facitec/CMTC que em sua composição abre espaço para a presença de um conselheiro indicado pelos trabalhadores. É preciso evitar que a política de CT&I coordenada pela Sisect reproduza o erro do documento “Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento” – base do planejamento do governo estadual – que fora elaborado sem a participação dos movimentos sociais. O resultado foi uma concepção de desenvolvimento econômico centrado num conjunto de ações que atuam muito mais pelo lado da oferta pública para garantir atração de investimento do que pelo lado das demandas sociais mais urgentes.

Por fim, a política de desenvolvimento científico e tecnológico deve estar atrelada à política de desenvolvimento econômico. É importante frisar que, apesar do bom diagnóstico realizado pela Sect acerca das áreas aonde investir e quais segmentos priorizar, sobretudo as demandas das pequenas e médias empresas, tradicionalmente as ações do governo do estado são no sentido de privilegiar grandes empresas e grandes grupos econômicos, o que poderá levar a conflitos de interesses, especialmente se o montante de recursos destinados a CT&I se mostrar ainda mais crescente, como exige a Constituição estadual. Não resta dúvida, no

entanto, que a política de desenvolvimento científico e tecnológico no estado capixaba deu um salto importante (e aparentemente sólido), inimaginável há poucos anos atrás.

REFERÊNCIAS

GOMES, Helder. *Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento do estado do Espírito Santo: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses*. 1998. Dissertação (Mestrado)- UFES/Economia, 1998.

MACEDO, Fernando César de. Dinâmica regional capixaba – 1960/2003. In: CAMPOS JR., Carlos Teixeira de (Org.). *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes*. Vitória: IHGES, 2006a. p. 81-109.

_____. Quebrando consensos: apontamentos sobre a economia capixaba. *Revista Eletrônica Olhar Crítico*, n. 13, jan. 2006b.

_____. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960- 2000)*. 2002. Tese (Doutoramento)- IE/UNICAMP, 2002.

_____. *Política industrial e instituições locais: a importância de uma política científica e tecnológica para a (re)estruturação industrial no Estado do Espírito Santo*. 1997. Dissertação (Mestrado)- UFES, 1997.

_____. Ciência e tecnologia: primeiro passo. *Jornal A Gazeta*, p. 4, 23 fev. 2001.

_____. Desenvolvimento regional e política de ciência e tecnologia para o estado do Espírito Santo. *Revista 150 maiores empresas do Espírito Santo*, ano IV, n. 4, p. 14-15, nov. 2000.

_____; PAULA, Teófilo Henrique Pereira de. Análise dos incentivos à CT&I no Espírito Santo: o caso do FUNCITEC e do FACITEC. In: CONGRESSO ABIPTI, 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Brasília: ABIPTI, 2004.

PEREIRA, Guilherme H. *Política industrial e localização de investimentos - o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

_____; MORANDI, Ângela. *Inventário da produção científica e tecnológica*. Vitória: Departamento de Economia/UFES, 1997. Mimeografado.

SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (FAPES, SECT E FUNCITEC) – SECT. *Relatório de atividades, 2005*. 2006.

Disponível em: <http://www.sect.es.gov.br/download/Relatorio_2005_1.pdf>. Acesso em: 2007.

_____. _____, 2006. 2007. Disponível em: <http://www.sect.es.gov.br/download/SECT_anuario_07.pdf>. Acesso em: 2007.

Resumo

Discute a experiência capixaba de financiamento da ciência, tecnologia e inovação, no período 1994-2006, dividindo-o em subperíodos. No primeiro, 1994-2004, observa-se funcionamento precário do sistema, com repasses irregulares de recursos para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec). No segundo, entre 2005-2006, com a criação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia o que possibilitou, pela primeira vez, ao sistema funcionar com regularidade e com diretrizes relativamente bem definidas.

Abstract

The paper deals with the experience of financing S,T&I in the State of Espírito Santo (Brazil) along the years 1994-2006. It's divided up in two periods. In the first one, 1994-2004, it could be observed a precarious performance of the State System of Science and Technology (Sisect), due to discontinued resource provisions from state government for State Fund of Science and Tecnology (Funcitec). As far as the second period is concerned, 2005-2006, the foundation of the State Secretariat of Science and Technology made possible, for the first time, the properly operations of the Sisect, with lines of action well defined.

O Autor

FERNANDO CÉZAR DE MACEDO é professor do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (Cede).